

## Governistas e oposição condenam violência

O vandalismo que resultou ontem na quebra de vidraças na fachada do prédio do Congresso foi criticado por diversos senadores da oposição e da base do governo. "Quando a liberdade é desordem, as instituições se desmoronam", advertiu o presidente do Senado, José Sarney. Segundo ele, a votação da reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados "inspira confiança no país"

Rosevelt Pinheiro



Gerardo Magalhães

**DESTRUIÇÃO** Enquanto manifestantes se expressavam de forma pacífica contra a reforma da Previdência, um pequeno grupo promoveu a quebra de vidraças no prédio do Congresso

Páginas 4 e 5

### PMDB lança manifesto pró-municípios

Os senadores do PMDB lançaram ontem manifesto defendendo uma solução urgente para a crise vivida pela maioria dos 5,5 mil municípios brasileiros, "em decorrência da queda nos repasses do FPM e da retração da economia". A comunicação foi feita pelo senador Renan Calheiros, líder do partido, que também anunciou a criação, hoje, de uma Frente Parlamentar Pró-Municípios.

Página 3

### Agências reguladoras deverão ser controladas pelo Congresso

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania institui no Congresso órgão controlador das agências reguladoras. Comporão o órgão líderes da Maioria e da Minoria e os presidentes das comissões que tratam da infra-estrutura no Senado e na Câmara. A votação da proposta gerou polêmica entre senadores governistas e da oposição.

Página 7



**FISCALIZAÇÃO** A Comissão de Justiça aprovou ontem em caráter terminativo o projeto que institui o controle externo das agências

### Subcomissão permanente vai consolidar legislação brasileira

Página 6

### Servidor não poderá receber passagem aérea

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto do senador Antonio Carlos Magalhães, com substitutivo de Amir Lando, que proíbe aos servidores públicos participantes de eventos de terem passagens aéreas e diárias de hotel pagas por empresas privadas. Excluem-se encontros promovidos por organismos internacionais aos quais o Brasil seja filiado.

Página 6

## Concessão de canal de TV causa polêmica

A deliberação sobre o projeto que aprova o ato que outorga concessão de radiodifusão de sons e imagens em Goiânia (GO) para a Fundação Ministério Comunidade Cristã (PDL 223/03) provocou discussão ontem em Plenário. As outorgas geralmente têm caráter terminativo na Comissão de Educação (CE), mas recurso apresentado por Fátima Cleide (PT-RO) motivou votação em Plenário. Aprovado, o projeto vai à promulgação.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou que a comissão agiu de modo correto. Ele explicou que, durante a tramitação do projeto, a Universidade Federal de Goiás argumentou ter sido preterida pelo Ministério das Comunicações, que informou não existir pedido anterior da universidade e que o critério para concessão do canal foi o poder discricionário do então presidente Fernando Henrique.

Fátima Cleide confirmou a legitimidade do processo, mas discordou que canal educativo fosse concedido a uma instituição não educacional. Ela destacou acordo entre a fundação e a universidade, sobre a programação da emissora.

Hélio Costa (PMDB-MG) elogiou Osmar Dias pela "sábia decisão". O relator da matéria na CE, Demostenes Torres (PFL-GO), afirmou que o recurso de Fátima Cleide levou a "acordo muito bem conduzido".

Também discutiram a matéria os senadores José Agripino (PFL-RN), Renan Calheiros (PMDB-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Paulo Octávio (PFL-DF), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Magno Malta (PL-ES).

# Agenda

## Avança discussão sobre obras públicas

A Proposta de Emenda à Constituição nº 34/99, que dispõe sobre a conclusão de obras públicas em andamento, tem hoje a quinta sessão de discussão em primeiro turno. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado substitutivo que não obriga a continuidade das obras, mas estabelece que o governo deverá esclarecer o motivo que levou à interrupção. A sessão começa às 14h30.



## Sarney recebe Celso Amorim e parlamentar canadense

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 9h45, o embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores. Às 12h, o presidente da

Câmara dos Deputados do Canadá, Peter Andrew Miliken, terá encontro com o presidente. Às 15h30, Sarney preside sessão do Plenário.

## Comissões iniciam atividades às 9h e analisam relatórios

A Subcomissão Temporária de Saúde, presidida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP) – foto –, se reúne hoje, às 9h, para discussão do relatório das audiências sobre "Assistência à Saúde dos Pacientes Renais Crônicos". No mesmo horário, as



Comissões de Legislação Participativa, presidida por Magno Malta (PL-ES) – foto –, e a Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizam reunião para votar relatórios de senadores e deputados sobre proposições no âmbito do bloco.

## Audiência pública discute reforma do Poder Judiciário



Presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) – foto –, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza hoje, às 10h, audiência pública sobre a reforma do Judiciário, com a presença dos presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado;

da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Marfan Martins Vieira; e da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Baldino Maciel. O objetivo é instruir a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2000, que trata da reforma.

## Ministro fala em audiência na CRE

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (foto), é o convidado da Comissão de Relações Exteriores (CRE) para a audiência pública, às 10h. O colegiado se reúne também para votar, entre outros itens, o Requerimento nº 19/03, do senador Pedro Simon, pedindo voto de censura e repúdio ao golpe militar na República de São Tomé e Príncipe, ocorrido na madrugada do dia 16 de julho.



## CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que investiga responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, se reúne hoje, às 9h, para ouvir o deputado Paulo Melo, presidente da CPI do Propinoduto, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que investigou esquema de corrupção na fiscalização tributária daquele estado.

## Pensão especial

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), analisa, às 10h, o PLC nº 42/02, que trata da comercialização da soda cáustica, e o Projeto de Lei da Câmara nº 39/03, que concede pensão a Mário e Terezinha Kozel, pais do soldado Mário Kozel Filho, morto em explosão no período do regime militar.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Licitações serão divulgadas pela Internet

Foi aprovado ontem o texto substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 75/00, do então deputado Aloizio Mercadante, que obriga a divulgação, pela rede mundial de computadores (Internet), dos dados relativos às licitações em andamento e seus resultados. Como foi modificado, o projeto volta ao exame dos deputados.

O texto altera a Lei 8.666/93 – a Lei das Licitações – e obriga a divulgação dos dados na Internet por todos os órgãos da administração pública, bem como suas autarquias e fundações. Ele determina que o Executivo estabelecerá normas para a padronização do conteúdo e apresentação das informações a serem divulgadas.

Também transcorreu ontem a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que cria condições orçamentárias para a conclusão de obras públicas em andamento (PEC 34/99). O presidente do Senado, José Sarney, avisou que a matéria – de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS) – será votada hoje.

## Estatuto do Idoso discutirá isenção de taxa

O projeto de lei que isenta da taxa de emissão de passaportes os maiores de 65 anos (PLS 107/00) foi retirado da ordem do dia de ontem. O Plenário aprovou requerimento de Aloizio Mercadante (PT-SP) que pede que o projeto tramite conjuntamente com o Estatuto do Idoso, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), autor da matéria, argumentou contrariamente à aprovação do requerimento. Disse que a proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que constatou que sua aprovação não acarretaria decréscimo relevante da arrecadação da União. Mozarildo afirmou também que o projeto assegura ao idoso um direito social, no ano em que a Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, elegeu a terceira idade como tema.

Com a aprovação do requerimento, o projeto volta à CAE e também será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Maciel pede que programa seja mantido



**Maciel: Peti socorre 800 mil crianças no país**

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez um apelo ao presidente Lula em defesa da continuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Criado em 1996, o Peti beneficia mais de

800 mil crianças e jovens brasileiros, que, na falta dessa assistência, "seriam obrigados a voltar para o trabalho a fim de colaborar no magro orçamento de suas famílias".

Maciel ressaltou a meta do programa de afastar os menores do "trabalho infantil penoso", como na cultura da cana-de-açúcar, carvoarias, beneficiamento de sisal e cultivo de cítricos. Seu apelo, disse, se soma aos das senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE), Roseana Sarney (PFL-MA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e do senador José Jorge (PFL-PE).

## Motta defende duplicação de trecho da BR-101



**Motta: trecho da BR-101 é de fluxo intenso**

O senador João Batista Motta (PPS-ES) fez ontem um apelo ao governo federal e ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para que dêem prioridade à conclusão dos trabalhos de duplicação da BR-101, em especial no trecho que liga Rio Bonito (RJ) a Feira de Santana (BA), cujo movimento intenso justifica a criação de uma autopista.

Motta disse que o momento é especialmente favorável, já que o Ministério dos Transportes concluiu estudos para a criação de um novo modelo de concessão de rodovias federais.

Segundo o senador, os demais trechos da BR-101 – que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, por 4 mil quilômetros – já foram duplicados e estão em razoável estado de conservação.

# Renan anuncia a criação, hoje, de frente em defesa dos municípios

■ **Senador destaca que prefeituras reivindicam participação na receita da CPMF e da Cide**

A bancada de senadores do PMDB lançou manifesto ontem em favor de uma solução emergencial para a crise enfrentada por grande parte dos 5,5 mil municípios brasileiros. A iniciativa foi registrada em Plenário pelo líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL), que anunciou ainda a criação da Frente Parlamentar Pró-Municípios, hoje, às 10h.

– Nosso partido tem um compromisso histórico e inarredável com a Federação e com os municípios – assinala o manifesto, creditando o quadro de insolvência de muitas prefeituras à queda no repasse dos recursos do Fundo de Partici-



**ALERTA Queda nos repasses leva à paralisação dos serviços das prefeituras, ressalta Renan**

pação dos Municípios (FPM) e à retração na atividade econômica. Essa situação tem levado, conforme destaca o documento, à paralisação de serviços públicos, ao corte de investimentos e à suspensão de pagamentos aos fornecedores.

Quanto à Frente Parlamentar, o manifesto destaca o compromisso do PMDB de apoiar

a "justa" reivindicação dos municípios de participar da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

"O PMDB não admite um federalismo predatório, que mata aos poucos os pequenos e médios municípios", exorta o documento, adiantando ainda que o Senado "não pode – e não vai – ficar indiferente a tal crise".

### Protesto na Esplanada

Renan também comentou a manifestação do funcionalismo público federal contra a reforma da Previdência, realizada na Esplanada dos Ministérios. O parlamentar condenou a exacerbação dos manifestantes, que quebraram vidraças do Congresso Nacional, e lembrou que "a democratização do país custou caro e não se pode concordar com algo que possa comprometer-la".

## PFL lutará por emendas, diz Agripino

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), anunciou em discurso que o seu partido decidiu lutar por três emendas à reforma tributária, todas visando aumentar a arrecadação dos municípios e dos estados, em detrimento da União. A primeira buscará somar parte das contribuições aos impostos federais que formam os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

– Em 1990, os municípios ficavam com 19% da arrecadação nacional e hoje só recebem 13,8%. Há 13 anos, 75% da arrecadação nacional vinham de impostos, enquanto as contribuições somavam 25%. Agora, as contribuições já participam com 45% e os impostos com 55%. O problema existe porque o dinheiro das contribuições fica com a União e só o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados são repassados parcialmente para estados e municípios – frisou.

Depois de afirmar que os municípios do país estão "à beira da falência, exceto as capitais dos estados", José Agripino informou que o PFL promoverá um encontro com todos os prefeitos de seu partido no próximo dia 14, em Brasília.

– Estamos dizendo aos pre-



**MOMENTO Agripino advertiu que reforma tributária é chance para redistribuir os recursos**

feitos do país: pressionem seus deputados e seus senadores a votar a favor das emendas que ajudem os municípios. Até agora, as prefeituras não foram chamadas a opinar sobre a reforma tributária – apenas os governadores. O PFL será uma voz dos municípios na reforma – assinalou.

Os objetivos das emendas que o PFL defenderá na reforma tributária são: repassar metade da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) aos estados e municípios (25% para cada); juntar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) – cobrada sobre os combustíveis – ao Imposto de Ren-

da e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na formação dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios; usar o dinheiro de todas as outras contribuições federais na formação de um bolo a ser dividido entre União, estados e municípios.

– Essas emendas poderão representar a quase ressurreição dos municípios brasileiros, que não suportam mais. Nos últimos 13 anos, aumentou a população e os serviços que as prefeituras têm de oferecer, mas sua arrecadação caiu. A hora de mudar é agora. A aprovação das mudanças não depende de ninguém, a não ser de nós, senadores e deputados – destacou.

José Agripino afirmou que a hora de resolver a crise dos municípios é agora, quando o Congresso começa a discutir as diretrizes da reforma tributária. Ele lembrou que durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) foram lançadas as bases para a atual repartição de tarefas e de recursos entre as três esferas de poder. A atual crise, lembrou o senador, se deve à queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, decorrente da redução na arrecadação dos impostos federais.



**REFORMA Garibaldi prega partilha justa entre União, estados e municípios**

## Garibaldi quer mais verbas para cidades

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou ontem por mais recursos para as prefeituras e alertou para a necessidade de o Ministério das Cidades ser fortalecido e prestigiado pelo governo.

– A crise é muito mais profunda, séria e grave do que muitos pensam. Não é apenas uma queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), normal em julho, mas uma injusta distribuição tributária entre União, estados e municípios – observou.

Garibaldi disse que União e estados ficam com um quinhão cada vez maior dos recursos arrecadados, enquanto os municípios têm encargos cada vez maiores.

– Quando se diz que o governo federal tem muito dinheiro, esse muito dinheiro não está indo para a reforma urbana e nem para o Ministério das Cidades – frisou.

Ele lembrou que o ministro das Cidades, Olívio Dutra, esteve no Senado para conversar com a base aliada e explicou que o fluxo de recursos da União está sendo feito de forma gradativa e lenta, com limitações orçamentárias e financeiras mensais, que não permitem um planejamento global de execução das obras e o seu pagamento.

– Há que se reformular essa política urbana. Fala-se na democratização dos processos, mas temos 1,6 mil obras paradas que poderiam atender a 500 mil famílias nas áreas de habitação e saneamento. É preciso ajudar os prefeitos – concluiu o senador Garibaldi Alves Filho.



**Reforma da  
Previdência**

Os atos de violência praticados ontem por manifestantes contrários à reforma da Previdência, cuja votação teve início na terça-feira no Plenário da Câmara dos Deputados, foram condenados em pronunciamentos dos diversos senadores que trataram do tema. Parlamentares governistas e da oposição uniram-se para criticar o vandalismo

## Parlamentares se unem contra a violência

“A minoria que hoje agride o Parlamento não pode intimidar os homens que aqui chegaram pelo voto popular”, destacou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, afirmou que não gosta do “binômio anarquia com repressão” e advertiu o governo para que não permita que se instale no país uma crise de autoridade. Eduardo Suplicy observou que as decisões do Congresso Nacional precisam ser respeitadas, mesmo que não



agradem a todos os setores. Almeida Lima disse que “o trabalhador ouviu durante 23 anos um discurso e assiste a outra coisa na prática”. Para ele, o momento exige reflexão. “Por que jogar pedras e quebrar vidros?”, questionou Marcelo Crivella, garantindo que o melhor caminho é o do equilíbrio. Efraim Moraes considera que o Partido dos Trabalhadores está governando no sentido contrário do discurso que o elegeu, circunstância que teria contribuído para o confronto.

### MERCADANTE



#### Agressões não intimidam o Parlamento

Aloizio Mercadante (PT-SP) condenou em Plenário a violência ocorrida durante a manifestação contrária à reforma da Previdência.

– A minoria que hoje agride o Parlamento, quebra vidraças e joga pedras na instituição não pode intimidar os homens que aqui chegaram pelo voto popular – afirmou.

Mercadante disse que, nas imagens mostradas pela TV, não viu “os servidores públicos que servem à nação, mas uma minoria que não conhece, até pela sua juventude, o valor do Parlamento e da democracia”.

Salientou que defende plena liberdade de expressão, organização, reivindicação, pressão e protesto, mas que é preciso atentar para a situação das finanças públicas.

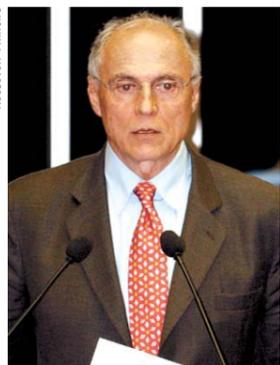
### EDUARDO SUPLICY

#### Manifestação deve respeitar a democracia

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu aos servidores que se manifestem em clima de respeito à democracia e ao Parlamento.

– Na medida em que começam a surgir exageros, nossa recomendação ao movimento é que acabe com esse tipo de procedimento porque não ajudará. Claro que todos os deputados e senadores devem ouvir os anseios dos servidores e demais segmentos da sociedade, mas é preciso que as decisões do Congresso sejam respeitadas.

Em nome da Mesa, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou a tentativa de invasão do prédio do Senado. Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o país estava recebendo “uma demonstração da incompetência do PT em governar”.



### ARTHUR VIRGÍLIO



#### Não se pode permitir crise de autoridade

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), o governo não pode permitir que se instale no Brasil uma crise de autoridade. Ao dizer que não gosta “do binômio anarquia com repressão”, o senador disse preferir “a normalidade que vivemos em oito anos de um governo que pode ser criticado por quem o queira fazê-lo, mas que, sem dúvida, com muita serenidade, consolidou o processo democrático nesta terra”.

Virgílio afirmou que está havendo certa leniência do governo federal com os movimentos sociais que questionam o direito de propriedade. Ele ressaltou que os sem-terra, os sem-teto e outros têm atuado no sentido de desestabilizar o país.

Ele também criticou as altas taxas de juros.

### ALMEIDA LIMA

#### Prática atual não combina com o discurso

Depois de reprovar a tentativa de invasão do Congresso por manifestantes, Almeida Lima (PDT-SE) afirmou que os atos “exigem reflexão” e fazem parte do que ele chamou de “mais um distanciamento do povo em relação ao Congresso”.

– Vimos na manifestação o desespero popular, do trabalhador que ouviu durante 23 anos um discurso e assiste a outra coisa na prática.

Almeida Lima leu trecho de um discurso de 1999 do então deputado e líder do PT na Câmara Marcelo Déda. Quando se votava uma medida provisória que taxava os inativos do serviço público, Déda afirmou que “o Congresso Nacional não emprestará suas mãos para enforcar velhos, viúvas e aposentados”.



### MARCELO CRIVELLA



#### O melhor caminho é o equilíbrio

Marcelo Crivella (PL-RJ) fez um apelo à conciliação.

– O diálogo continua. Ainda haverá votações na Câmara e no Senado. Por que jogar pedras e quebrar vidros? Nenhuma reforma que exija sacrifício pode agradar a todos. Mas o melhor caminho continua sendo o equilíbrio – argumentou, dizendo-se um “homem de paz”. Ele lembrou ainda que “o processo democrático tem aprimorado a Proposta de Emenda à Constituição nº 40”.

O senador afirmou que o governo está sendo coerente, pois “os radicais do PT, na verdade, perderam todas as eleições”.

– O que venceu foi a coligação PT-PL. O Partido dos Trabalhadores que venceu foi temperado com a doutrina liberal.

### EFRAIM MORAIS

#### Mudança do PT contribui para confronto

Ao lamentar os incidentes, Efraim Moraes (PFL-PB) destacou que o fato de o PT estar governando no sentido contrário do discurso que o elegeu contribuiu para o confronto.

Efraim comentou que quando manifestantes invadiram o Plenário da Câmara, durante ato contra a reforma da Previdência proposta pelo governo Fernando Henrique, os parlamentares petistas não protestaram com a mesma veemência.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) destacou que o confronto teria feito o país constatar a fúria da população. Já Mão Santa (PMDB-PI) pediu que o governo não permita que o lema da Bandeira, “Ordem e Progresso”, se transforme em “Desordem e Regresso”.





Reforma da  
Previdência

O presidente do Senado, José Sarney, condenou os "lamentáveis acontecimentos" da tarde de ontem e pediu que prevaleça a discussão democrática para solução das divergências. Ele lembrou que, no passado, o Congresso foi muitas vezes atingido pela violência institucional e não pode agora ser também vítima da insensatez

## Sarney exorta à pacificação e ao equilíbrio

"Quando a liberdade é desordem, as instituições se desmoronam", preveniu o presidente do Senado ao referir-se ontem ao tumulto que, pouco antes de sua chegada ao Parlamento, resultou na quebra de vidraças na fachada do prédio do Congresso. Sarney iniciou o discurso dizendo que devia algumas palavras ao Senado e aos senadores sobre "os lamentáveis acontecimentos desta tarde, que mostram a vulnerabilidade do funcionamento de nossas dependências".

Ele lembrou que o Parlamento é um poder desarmado.

– Quero fazer assim uma exortação à pacificação dos ânimos, à discussão democrática de nossas divergências e ao equilíbrio. Não podemos nunca esquecer, diante de qualquer agressão, que o



**DEMOCRACIA** Ferir o Congresso é ferir a casa do próprio povo, é ferir o coração do próprio povo, advertiu Sarney

Poder Legislativo é um poder desarmado, ele não tem forças nem condições de reações imediatas a qualquer tipo de violência.

De acordo com Sarney, muitas vezes o Congresso foi vitimado pela violência institucional, mas não pode ser vitimado pela insensatez.

### "APROVAÇÃO INSPIRA CONFIANÇA NO PAÍS"

O presidente José Sarney disse ontem que a votação da reforma da Previdência na Câmara "inspira confiança no país". Na avaliação do senador, a aprovação da matéria sinaliza positivamente no sentido da retomada do crescimento econômico.

– Foi um passo importante que o governo deu no sentido das reformas. Essa votação deve ser concluída hoje (ontem), e acho que isso inspira confiança no país e demonstra aos investidores que o Brasil está no caminho certo, preparando-se realmente

para recompor sua economia, de modo a assegurar um crescimento sustentando – frisou o presidente do Senado. Sarney afirmou que a Casa está pronta para dar uma grande contribuição à implantação das reformas, especialmente a tributária. – No que se refere à reforma da Previdência, ela vai chegar ao Senado praticamente pronta, com todos os pontos polêmicos já debatidos, discutidos e ajustados. O Senado deseja ter uma participação muito maior na discussão da reforma tributária – ressaltou.

– Sem Congresso não há democracia. Sem democracia, não há liberdade, e sem liberdade, o cidadão simplesmente não existe – afirmou o presidente do Senado.

Ele enfatizou que não se pode esquecer que o Congresso é o coração da democracia.

– Ferir o Congresso é ferir a casa do próprio povo, é ferir o coração do próprio povo, onde ele se

manifesta da maneira mais livre na sua soberania.

José Sarney também disse que é no Parlamento que o povo brasileiro conquistou e conquista seus direitos fundamentais.

– Seu funcionamento é, portanto, um direito do próprio povo e um dever do nosso mandato – acrescentou, pedindo a todos os parlamentares

esforço em favor da moderação, do diálogo e da busca da paz política.

– Nunca a exacerbação foi boa conselheira nem solução para nada. Acho que expresse o pensamento de todos. Ninguém entenderia o meu silêncio no lamento dos episódios dessa tarde. Que suas cicatrizes não perturbem a tranquilidade do país nem a nossa caminhada na melhoria institucional.

### Para Tião Viana, votação da reforma pela Câmara foi "um marco histórico"

A votação da reforma da Previdência, encerrada na madrugada de ontem, na Câmara dos Deputados, foi classificada pelo líder do PT no Senado, senador Tião Viana (AC), como "um marco histórico". Ele salientou que o Brasil elegeu Lula presidente e lhe delegou poderes para promover mudanças.

– Nosso governo tem consciência de que foi eleito para mudar – afirmou.

Tião Viana ressaltou que a proposta de reforma foi discutida e aprovada pelos prefeitos, vereadores, deputados estaduais e governadores do PT. Ele disse ainda que a crise que hoje afeta os municí-

pios foi herdada pelo atual governo.

– Nós não temos culpa disso. O PSDB ficou oito anos no poder sem fazer nada. A crise não é do atual governo, é de quem não fez. O debate é em torno do que quer a sociedade e a responsabilidade do governo é mudar a realidade social do Brasil – concluiu.



**CONVICÇÃO** Governo sabe que foi eleito para mudar, afirmou Tião Viana

### Efraim diz que lutará contra a cobrança de inativos

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) informou que, quando a reforma da Previdência for analisada pelo Senado, lutará contra a cobrança previdenciária para os inativos, por entender que o déficit da Previdência não poderá ser pago por quem já trabalhou e contribuiu durante toda a vida.

Ele negou que os aposentados tenham menos despesas que os trabalhadores da ativa, lembrando que, ao contrário do que ocorre no Primeiro Mundo, o Estado não assegura ao brasileiro assistência médica e uma remuneração que possibilite acesso à moradia, remédio e três refeições diárias.

### Olívio Dutra e Anderson Adauto visitam Senado



O presidente José Sarney recebeu ontem o ministro das Cidades, Olívio Dutra (esq.), que depois reuniu-se com a bancada governista, para discutir a tramitação de assuntos relativos ao seu ministério. Dutra estava acompanhado pelos senadores Tião Viana (AC), líder do PT, Serys Slhessarenko (PT-MT) e Romeu Tuma (PFL-SP). Na terça-feira, Sarney recebeu o ministro dos Transportes, Anderson Adauto (dir.), que veio discutir com o senador João Ribeiro (PFL-TO), relator na Comissão Mista de Orçamento, os projetos de lei (nºs 23 e 24) que destinam R\$ 1 bilhão para a recuperação de rodovias.





Roosevelt Pinheiro

**PREJUÍZO** A União deve perder este ano R\$ 23,9 bi com a renúncia fiscal, diz Valadares

## Valadares elogia revisão dos incentivos fiscais

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu proposta do governo, divulgada no documento intitulado "Roteiro da Agenda de Desenvolvimento", de reavaliar a política de concessão de incentivos fiscais com tributos federais e de criação de mecanismos para maior controle dos resultados dos incentivos concedidos.

Conforme o senador, a União está perdendo com renúncia fiscal, somente este ano, R\$ 23,9 bilhões, o que corresponde a 14 vezes o volume de recursos previstos para o programa Fome Zero em 2003. Valadares disse que, na maioria dos casos, ninguém tem a menor idéia do impacto que esses recursos estão tendo na promoção das finalidades que justificaram as renúncias.

– Vamos abrir a caixa-preta da renúncia fiscal e saber para onde está se esvaindo esse dinheiro. A ampliação da base de incidência dos tributos pode ocorrer pela melhor disciplina da renúncia fiscal – frisou.

Valadares observou que, com a deterioração generalizada dos serviços públicos essenciais, há pouco ou nenhum estímulo para aumentos no nível da carga tributária. Ele citou informativo do Conselho Federal dos Contabilistas mostrando que, para cada real arrecadado, um é sonogado, acarretando uma carga fiscal extremamente elevada sobre alguns contribuintes.

– Alguns pagam muito e muitos pagam pouco – alertou.

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu a leitura do economista italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), que considerava que, em qualquer atividade humana, 20% produzem 80% das riquezas.

Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que o importante é a seleção criteriosa das isenções, "e o governo está fazendo isso".

# CCJ cria subcomissão para consolidar leis brasileiras

**Iniciativa permitirá resolver controvérsias jurídicas com mais rapidez, segundo Mesquita Júnior**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) que cria subcomissão permanente no âmbito do colegiado para analisar as necessidades de consolidação da legislação brasileira.

De acordo com Mesquita Júnior, a proposta aplica o que determina a Constituição e a Lei Complementar nº 95/1988, que prevê que o Senado deve tomar providências para disciplinar a tramitação dos projetos de consolidação legislativa e as propostas de revogação e inclusão de dispositivos esparsos em leis diferentes.



Roosevelt Pinheiro

**DETERMINAÇÃO** Mesquita Júnior lembra que a medida está prevista no texto constitucional

– A consolidação das leis, além de requisito essencial à modernização institucional do país, constitui antiga aspiração de inúmeros juristas. A consolidação permitirá dar celeridade às controvérsias jurídicas que assoberbam os tribunais e opõem o poder público e suas instituições à sociedade a que deveriam servir – afirmou.

Para o senador Juvêncio da

Fonseca (PMDB-MS), a consolidação é necessária para extinguir leis esparsas sobre o mesmo assunto, a exemplo da legislação ambiental, que acaba sendo de aplicação difícil. "A subcomissão pode prestar um grande serviço ao Congresso Nacional e à nação", disse Juvêncio da Fonseca.

Apesar de ponderar que a comissão já tem muitas subcomissões criadas, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), acolheu proposta do senador Demostenes Torres (PFL-GO) de fundir a subcomissão sugerida por Mesquita Júnior com outra, já existente, que tem como missão fazer análise antecipada das matérias submetidas à CCJ, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Lobão anunciou que vai levantar o tema em reunião futura da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Waldemir Rodrigues

**ABUSO** Segundo Luiz Otávio, sociedade considera que houve aumento excessivo das tarifas

## Miro será ouvido sobre tarifa telefônica

O ministro das Comunicações, Miro Teixeira, e o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura, vão prestar esclarecimentos à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), em data ainda a ser marcada, sobre o aumento médio de 25% concedido recentemente às tarifas telefônicas. O requerimento foi aprovado ontem pela comissão.

Para o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), autor do requerimento, a audiência é vital para se esclarecer a majoração de preço, considerada abusiva pela sociedade, já que, observou, a decisão da Anatel "afrontou" as recomendações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro Miro Teixeira.

– A autoridade reguladora do setor não pode tomar decisões isoladas, ao largo do interesse da população, sem seguir a orientação política geral do Executivo – protestou Luiz Otávio na justificativa do requerimento, que convidava apenas o presidente da Anatel. Por sugestão do senador Aelton Freitas (PL-MG), foi aprovada a inclusão do nome de Miro Teixeira.

A CFC também aprovou requerimento do presidente do colegiado, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), solicitando do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações sobre a situação financeira das embaixadas e consulados brasileiros no exterior.

Outro requerimento aprovado, também de Suassuna, cria subcomissão permanente para acompanhar as obras inacabadas que tenham recebido recursos da União. A comissão acolheu ainda requerimento de Valmir Amaral (PMDB-DF) solicitando do Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre terceirização na administração federal.

## Executivo também discute ordenamento jurídico

O trabalho de consolidação das leis federais brasileiras já está sendo discutido pelo Executivo. No ano passado foi instituído o Grupo Executivo de Consolidação dos Atos Normativos (Gecan) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Este ano, o governo decidiu transferir a tarefa para o Ministério da Justiça, por meio de decreto assinado, em junho, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto esteve à frente dos trabalhos, o Gecan fez levantamento da legislação federal em cada mi-

nistério. O estudo apontou um universo de 10,1 mil leis (fora os decretos) passíveis de consolidação em códigos. Além disso, existiam outros 17,3 mil documentos legais cuja aglutinação seria impossível. São leis de caráter pessoal (como concessão de pensões, prêmios e promoções), orçamentário (concessão de créditos) ou temporário (aquelas com prazo fixo de vigência). A consolidação do ordenamento jurídico já é adotada em países como Bélgica, Alemanha, Espanha e Inglaterra.

## Comissão aprova projeto que proíbe servidor público de receber passagem

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto nº 168/2000, que proíbe servidores públicos de receber passagens e diárias de empresas privadas para participar de eventos. O substitutivo acolhido, do senador Amir Lando (PMDB-RO), será ainda examinado em turno suplementar. Uma vez confirmado, o texto será enviado diretamente à Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para sua votação no Plenário do Senado.

O autor da proposta, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), lembrou notícias de viagens de agentes públicos "custeadas por empresas que, muitas vezes, têm interesse em



Célio Azevedo

**MORALIZAÇÃO** Antonio Carlos quer evitar que empresas criem facilidade para seus pleitos

agradar seus convidados, visando criar facilidades para seus pleitos". O projeto altera lei que define sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.

A proposta, ressaltou Amir Lando, "é um passo no sentido

da moralização da gestão da coisa pública no Brasil".

Conforme o substitutivo, o servidor só poderá aceitar passagens e hospedagem quando os eventos forem patrocinados por organismos internacionais dos quais o Brasil faça parte; por governos estrangeiros e suas instituições estrangeiras; ou por instituições acadêmicas, científicas ou culturais.

A CCJ também aprovou parecer favorável do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao Projeto nº 7/2003, que obriga arrendadores de carros a enviar ao arrendatário o Documento Único de Transferência (DUT) e o termo de quitação com fins de transferência do veículo junto ao órgão competente.

## Demitidos da ECT podem ser anistiados

Servidores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) que sofreram punições e demissões entre março de 1997 e março de 1998 em função de greve podem ser anistiados e reintegrados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem relatório da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 10/2003, que trata do assunto. Para a relatora, as demissões não observaram a Constituição nem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garantem o direito de greve "como manifestação coletiva, inserida nas garantias individuais e coletivas".

## Senado deve também iniciar exame de MP

As medidas provisórias devem ter sua tramitação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, segundo a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2003, do senador José Jorge (PFL-PE), que recebeu parecer favorável da CCJ, com base em relatório do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). – O Senado tem sido reduzido a uma posição meramente ancilar, de simples homologador dos textos aprovados pela Câmara. O Senado precisa ter a prerrogativa de iniciar os processos legislativos, o que prestigiaria esta Casa.

## Proposta sobre crime organizado volta ao Plenário

A Comissão de Justiça aprovou relatório do senador Magno Malta (PL-ES) parcialmente favorável a emenda de Plenário apresentada pelo então senador Gilvam Borges ao Projeto de Lei do Senado nº 118/2002, da Comissão Mista de Segurança Pública, que define as organizações criminosas, o procedimento criminal e regime especial de cumprimento de penas dos seus chefes. A matéria volta ao Plenário do Senado. Gilvam Borges propunha substituir o termo "delegado de polícia" por "autoridade policial judiciária civil ou militar".



**MUDANÇA Proposta de Juvêncio altera Plano de Recursos Hídricos**

## Projeto isenta piscicultura de taxa de água

Água destinada à criação de peixes deverá ser isenta de cobrança de taxa, segundo decisão adotada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao rejeitar emenda de Plenário apresentada pelo então senador José Eduardo Dutra.

A emenda estabelecia o pagamento dos recursos hídricos usados com essa finalidade e havia sido apresentada ao Projeto de Lei nº 669/1999, de autoria do sena-

dor Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que modifica a Política Nacional de Recursos Hídricos. A proposta isenta de cobrança o uso de água para animais beberem, para piscicultura e para pequena irrigação.

Foi aprovado também parecer do senador José Jorge (PFL-PE) contrário ao Projeto de Lei nº 34/2000, do então senador Roberto Requião. A matéria sustaria ato do Ministério da Fazenda autorizando o refinanciamento de títulos de

responsabilidade do Tesouro de Pernambuco emitidos para o pagamento de precatórios judiciais. O relator considerou o texto inconstitucional.

A comissão concedeu vista do Projeto de Lei nº 74/2003, do senador Paulo Octávio (PFL-DF), determinando que presídios de segurança máxima só sejam construídos em municípios com menos de 50 mil habitantes e mesmo assim com distância não inferior a 20 quilômetros do centro da cidade.

# Controle das agências reguladoras pelo Congresso é aprovado na CCJ

■ Líderes da Maioria e da Minoria devem integrar o órgão incumbido de exercer a nova função

Projeto de lei de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que estabelece o controle externo das agências reguladoras, a ser exercido pelo Poder Legislativo, foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLS 38/03), cria, no âmbito do Congresso, um órgão controlador a ser integrado pelos líderes da Maioria e da Minoria no Senado e na Câmara, e pelos presidentes das comissões permanentes que tratam da área de infra-estrutura.

Duas emendas apresentadas pelo relator, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), foram rejei-



**RECURSO Projeto de Arthur Virgílio pode ser submetido ainda ao exame do Plenário**

tadas. A primeira, que suscitou a maior polêmica, considerava como agências reguladoras "as entidades encarregadas da concessão, regulação e fiscalização da prestação de serviços públicos".

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), chamou a atenção para o fato

de a iniciativa do relator transferir o poder concedente do Estado para as agências reguladoras, e considerou a emenda inconstitucional. Essa posição foi reforçada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

### Direito

Jorge Bornhausen sustentou que as agências têm o direito de fazer concessão. Ele criticou a maneira como o governo vem conduzindo a revisão do papel das agências reguladoras.

– Está caminhando (o governo) mal nessa questão. Essas idas e vindas estão atrapalhando o fluxo de investimentos no país, que caiu um terço no primeiro semestre – afirmou o relator. A emenda acabou sendo rejeitada por 12 votos a 8.

A segunda emenda do relator, considerada "extremamente pertinente" pelo senador Almeida Lima (PDT-SE), incluía na composição do órgão de controle os presidentes de todas as comissões perma-

nentes das duas Casas – desde que as suas competências englobem as atividades desempenhadas pelas agências.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu que um representante do Tribunal de Contas da União também fizesse parte do órgão de controle.

Com a votação do projeto de Arthur Virgílio, a proposta de voto em separado do líder do PT no Senado, Tião Viana (PT-AC), ficou prejudicada. O líder do PT sugeriu que, antes de uma decisão final da CCJ, o projeto fosse enviado à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC).

Durante a reunião da Comissão de Justiça, o senador Almeida Lima manifestou sua intenção de encabeçar um recurso para que o projeto seja apreciado pelo Plenário, impedindo assim que seja remetido logo à Câmara. Tião Viana anunciou que apresentará requerimento para que a CFC seja ouvida.

## DESESTATIZAÇÃO

# Comissão de Justiça exclui empresas elétricas do programa de privatização

Em turno suplementar, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o substitutivo da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ao Projeto de Lei nº 271/2001, da senadora licenciada Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente, que exclui a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) do Programa Nacional de Desestatização (PND). Em seu relatório, Serys estendeu a exclusão a todas as empresas do setor

elétrico.

A matéria deverá seguir diretamente para o exame da Câmara, se não for apresentado recurso por pelo menos um décimo dos senadores, para que seja examinada pelo Plenário.

Durante a discussão em turno suplementar, a relatora apresentou emenda a seu substitutivo que coloca a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), localizada no Rio Grande do Sul, na

lista das empresas públicas que não podem ser privatizadas. Anteriormente, ela já havia acatado emendas excluindo o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia do programa de privatização.

Originalmente, o PND já impedia a privatização de empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, como as que exploram as áreas de petróleo, telecomunicações e energia



**EXTENSÃO Substitutivo de Serys Slhessarenko ampliou alcance do projeto**

nuclear, e as agências de fomento da atividade produtiva no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.



**CONTRADIÇÃO** Globalização libera os capitais e restringe as pessoas, disse Suplicy

## Suplicy condena EUA por restringir circulação de pessoas

Ao mesmo tempo que parabenizou o governo norte-americano pelas críticas feitas à decisão de Israel de iniciar uma nova etapa da construção de um muro que separará o país da Cisjordânia, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ontem que existe outro muro que muito o envergonha: o que sepa-

ra os Estados Unidos do México. Ele comentou que a perspectiva de integração econômica, cultural e política das Américas também deve envolver a liberdade de locomoção dos seres humanos.

– Estranha lógica de uma economia que se diz globalizada, que deseja a liberalização dos fluxos de capitais e de transações comerciais en-

tre os países do continente americano, mas ao mesmo tempo impede a livre circulação das pessoas. O governo americano chegou ao ponto de exigir que passageiros de vôos internacionais que precisam fazer escala técnica em seu território sejam obrigados a tirar visto – afirmou Suplicy.

Estados Unidos e México compartilham uma fronteira de 3.118 quilô-

metros, pelos quais circulam cerca de 310 milhões de pessoas por ano, e que até 1994 era aberta, sendo possível cruzá-la sem documentos, registrou Suplicy. Somente após a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), as políticas migratórias dos Estados Unidos foram restringindo a passagem de pessoas sem documentos.

## Demostenes critica corte de verbas para militares

■ Contingenciamento anunciado pelo governo inclui gastos com educação, saúde e fardamento

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) protestou contra a decisão do governo de contingenciar gastos com educação, saúde e fardamento das Forças Armadas, colocando em risco a qualidade dos serviços do Hospital Marcílio Dias (RJ), Hospital das Forças Armadas (DF), Instituto Militar de Engenharia do Exército (RJ) e Academia da Força Aérea em Pirassununga (SP).

Segundo ele, o corte comprometerá a excelência na formação dos oficiais, cuja competência foi comprovada em todas as missões de paz integradas pelo



**SEM RECURSOS** Demostenes chama de “patuscada” a decisão do governo federal

Brasil desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), há quase 60 anos.

– Um país que se propõe a integrar o Conselho de Segurança da ONU não pode se furtar a alimentar a tropa que garante a sua própria segurança. Isso é uma patuscada com o in-

teresse estratégico do país, desmotiva as Forças Armadas e nos torna, a todos os brasileiros, mais pobres de governo – protestou.

Demostenes se solidarizou com o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), que, há um mês, anunciara crédito suplementar de R\$ 165 milhões para as Forças Armadas.

– Sua autoridade moral foi vilipendiada pela chicanice palaciana, com o anúncio do contingenciamento das verbas.

Ao terminar seu discurso, Demostenes manifestou sua indignação com um governo “eleito com a promessa de resgatar o passivo social do país e que não considera prioridade o funcionamento digno de uma instituição escolar e hospitalar das Forças Armadas, tampouco a alimentação e o fardamento de seus soldados e oficiais”.

## Tião Viana diz que governo busca solução

Após o discurso do senador Demostenes Torres, o líder do PT, Tião Viana, disse que o governo do presidente Lula está consciente da necessidade de investimentos nas Forças Armadas e busca fórmulas para contornar as dificuldades impostas pelo contingenciamento de recursos. Ele atribuiu a defasagem no aparato da defesa nacional às administrações passadas.

– Nessa caminhada a favor de mudanças na economia, não tenho dúvidas de que o governo saberá tratar o assunto com distinção e mostrar o papel fundamental da defesa e das Forças Armadas no país – assinalou, lembrando que o governo Fernando Henrique deixou



**ESFORÇO** Tião Viana ressalta o papel fundamental da defesa e das Forças Armadas no país

R\$ 10 bilhões na rubrica “restos a pagar” no Orçamento de 2003, situação que feriria, inclusive, cláusulas do contrato com o Fundo Monetário Inter-

nacional (FMI).

Viana lamentou que demandas urgentes tenham inviabilizado a liberação de verbas para as despesas alimentares, hospitalares e estratégicas na defesa, aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento com aval de todos os partidos, e que não deveriam ser contingenciadas.

Para livrar o Orçamento Geral da União de 2004 dos cortes em áreas estratégicas enfrentados no atual exercício, o líder petista sugere que não sejam aceitas emendas parlamentares que levem ao contingenciamento de verbas da educação, saúde, ciência e tecnologia, segurança alimentar e defesa.



**CARREIRA** Sarney (C) lembra que o escritor começou como aprendiz de tipógrafo e chegou a diretor do *Diário Oficial*

## Sarney instala comissão que estudará Machado de Assis

O presidente do Senado, José Sarney, instalou ontem a Comissão Machado de Assis, criada para estudar e divulgar a atuação de Machado de Assis como servidor público. O senador, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), da qual Machado é patrono, preside a comissão, integrada por funcionários da Imprensa Nacional, onde o escritor trabalhou por várias décadas.

– Um decreto presidencial instituiu a comissão para resgatar a memória de Machado de Assis como servidor público, função que ele exerceu durante 40 anos e foi sua principal fonte de sustento. A projeção como escritor ofuscou sua qualidade

de servidor público, e essa comissão espera justamente resgatar o lado tão interessante da vida desse grande escritor brasileiro – explicou Sarney.

Machado de Assis (1839-1908) começou como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, foi funcionário do Ministério de Viação e Obras Públicas e diretor do *Diário Oficial*.

Integram a comissão o diretor-geral da Imprensa Nacional, Fernando Tolentino de Sousa Vieira, o diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga, o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicação, Júlio Werner Pedrosa, e servidores da Imprensa Nacional.



## Comitiva de Angola visita ILB e Unilegis

Uma comitiva da Assembléa Nacional de Angola visitou ontem as instalações do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis), para conhecer o funcionamento das duas instituições. Integram a comitiva o secretário-geral da mesa da Assembléa Nacional de Angola, Diogo de Jesus; o chefe da divisão de Administração Pessoal, Camilo Buange; e o assessor jurídico Mário Quinta.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma